



14517674

08001.004635/2017-34



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Assessoria Especial de Controle Interno

**Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Controle Interno Administrativo - 2021**

<b>Data:</b> 23/04/2021	<b>Hora de Início:</b> 15h00
<b>Local:</b> Plataforma Microsoft Teams	<b>Hora de Término:</b> 15h35

**UNIDADES PARTICIPANTES:**

**AECI; SECRETARIA-EXECUTIVA; SENASP; SEGEN; SENAD; SEOPI; SENACon; SENAJUS; DEPEN; POLÍCIA FEDERAL; POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL; ARQUIVO NACIONAL; FUNAI e CADE.**

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às 15 horas, por meio da plataforma Microsoft Teams, reuniram-se virtualmente os representantes da unidades acima relacionadas para discussão e apresentação dos seguintes assuntos: 1) resultado do monitoramento das recomendações da CGU por meio do Sistema e-Aud; 2) recomendações e determinações do TCU via Sistema Conecta; 3) Processo de Contas do exercício de 2021; 4) Atualização do Rol de Responsáveis; 5) Programa de Integridade; e 6) Programa de Gestão de Riscos. O Sr. Cláudio Antônio de Almeida Py, chefe da AECI, procedeu à abertura da reunião, esclarecendo que a reunião seria gravada e disponibilizada a todos os participantes. Prosseguiu explicando que a finalidade do Comitê de Controle Interno Administrativo do MJSP é tratar especificamente do acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCU e pela CGU, bem como manter os gestores informados sobre assuntos da área de controle, integridade e riscos. Em seguida, apresentou a pauta da reunião, conforme detalhada abaixo:

**1) Apresentação dos resultados do monitoramento das determinações e recomendações contidas no Sistema e-AUD/CGU** - O Sr. Cláudio Py informou que a AECI realiza o acompanhamento das recomendações/determinações emitidas pelos órgãos de controle, bem como realiza tratativas junto à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União. Prosseguiu solicitando às unidades que mantenham atualizada a relação dos servidores indicados para terem acesso ao Sistema e-Aud, principalmente daqueles cadastrados com o perfil supervisor, os quais têm permissão para encaminhar a manifestação à CGU. Informou que os servidores indicados devem realizar o cadastro prévio no referido sistema e solicitar a lotação na respectiva unidade. Informou à Sra. Márcia, Auditora Chefe do CADE, que a cadastrou como gestora da unidade, tendo em vista aquela entidade possuir autonomia para gerir os seus processos de auditoria. Assim, poderá realizar a inclusão e exclusão de servidor, não havendo mais necessidade de solicitar à AECI. Tal tratamento já havia sido dado à FUNAI, em virtude das especificidades dessas entidades. Prosseguiu informando que será encaminhado processo, via SEI, a todas as unidades, para que promovam a atualização dos servidores cadastrados no sistema. Por fim, demonstrou aos gestores o passo a passo de como realizar o cadastro no Sistema e-Aud, conforme orientações contidas no Ofício-Circular nº 1/2020/AECI/MJ (10789361) – processo SEI nº 08001.000203/2020-50. Quanto às recomendações da CGU inseridas no referido sistema, apresentou inicialmente os resultados das ações das unidades, informando o quantitativo de recomendações em monitoramento de cada unidade, ressaltando aquelas que se encontram para providências do gestor. Recomendou aos gestores providências tempestivas naquelas que restam para o seu total atendimento. Informou que foram encaminhadas Notas Técnicas a todas as unidades do MJSP, contendo o panorama atual das recomendações. Em seguida, apresentou o panorama das recomendações da CGU aos órgãos deste Ministério,

informando que houve recomendações consideradas concluídas no período entre janeiro e março. A despeito do quantitativo de recomendações concluídas, informou que houve a inclusão de novas recomendações, mantendo-se, coincidentemente, o mesmo quantitativo de recomendações em monitoramento quando comparado com o período anterior. Em seguida, disse que as recomendações a cargo do CADE não tinham sido retiradas do monitoramento, permanecendo em análise na GGU, sendo necessário, portanto, agendar reunião com aquele órgão de controle interno para discutir a conclusão dessas recomendações. Em resposta, a Sra. Márcia (CADE) concordou com a necessidade de agendamento de reunião para tratar do assunto. Ademais, informou que solicitou formalmente à CGU manifestação sobre tais recomendações, mas que ainda não obteve resposta. Prosseguiu informando que o TCU aprovou as contas do CADE sem qualquer ressalva.

**2) Recomendações e determinações do TCU via Sistema Conecta** - O Sr. Cláudio Py (AECI) informou que não recebeu mais nenhuma comunicação processual pelo protocolo. Em seguida, apresentou o panorama de comunicações processuais emitidas pelo TCU às unidades deste Ministério, informando que foram emitidas 229 (duzentas e vinte e nove) comunicações, das quais 8 (oito) encontram-se pendentes de respostas. As unidades que estão pendentes de respostas são: PF, SEGEN e SENASP. Enfatizou que a Polícia Federal é o órgão que mais recebe comunicações. Em resposta, o sr. Eduardo (PF) disse que tem monitorado todas as comunicações exaradas pelo TCU. Por fim, o Sr. Cláudio Py parabenizou a PF, PRF, FUNAI e CADE pelas ações empreendidas, visando ao atendimento das recomendações e determinações exaradas pelo TCU.

**3) Processo de contas do exercício de 2020 e 2021** - O Sr. Cláudio Py (AECI) explanou sobre a publicação da Instrução Normativa TCU nº 84, de 22 de abril de 2020, que revogou as INs TCU n.º 63, de 2010 e n.º 72, de 2013, estabelecendo novas normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União. Prosseguiu informando que o TCU publicou a Decisão Normativa TCU nº 194/2021, de 12 de abril de 2021, que prorrogou o prazo para apresentação e divulgação do Relatório de Gestão até o dia 30.06.2021. Em seguida, enfatizou que, por decisão do TCU, a FUNAI e o CADE apresentam, de forma separada, o seu Relatório de Gestão. A seguir, mostrou o link (<https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>) para acessar as informações.

**4) Atualização do Rol de Responsáveis** – O Sr. Cláudio Py (AECI) solicitou às unidades que encaminhem as informações do rol de responsáveis atualizadas, tendo em vista a necessidade de colocá-las no processo de contas. Esclareceu que as informações devem ser inseridas no respectivo processo SEI. Em seguida, apresentou o panorama da última atualização de cada unidade, enfatizando aquelas que se encontram pendentes de atualização.

**5) Programa de Integridade** - O Sr. Cláudio Py (AECI) salientou a necessidade de atualização das medidas de tratamento aos riscos de integridade no Plano, conforme já tratado na reunião 2ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Programa de Integridade (CEPI). Em seguida, parabenizou a todas as unidades pelas atualizações feitas no tratamento dos riscos de integridade. Relatou que o Plano de Integridade já está sendo diagramado com as medidas de tratamento devidamente atualizadas. Por fim, disse que serão submetidos à apreciação do novo Ministro da Justiça e Segurança Pública todos os documentos produzidos no Programa de Integridade.

**6) Programa de Gestão de Riscos** - O Sr. Cláudio Py apresentou o quadro com os processos de trabalho estratégicos que as unidades deverão abrir e fazer os lançamentos no Sistema de Apoio à Gestão de Integridade e Riscos - AGIR, contendo o total de 69 (sessenta e nove) processos vinculados aos projetos estratégicos do MJSP, cujo gerenciamento de riscos é obrigatório. Deste quantitativo, 34 (trinta e quatro) processos já foram inseridos no sistema. Enfatizou que o prazo era 31 de março de 2021, contudo, devido à indisponibilidade do sistema, o prazo foi prorrogado. Neste aspecto, o Sr. Lício Rêgo (DEPEN) informou que o sistema não está funcionando nos computadores residências dos servidores daquela unidade e, considerando a recomendação de se manter o distanciamento social em razão da Covid-19, eles não estão se deslocando fisicamente para o DEPEN. Ressaltou a importância de se fazer uma interlocução com a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC para a solução do problema apresentado. Em resposta, o Chefe da AECI informou que o Sr. Carlos Alberto (AECI) está em tratativas junto à equipe técnica da DTIC, para que a instabilidade do sistema seja resolvida. Na mesma linha, a Sra. Cristina (SENAD) também informou que a sua equipe, que se encontra em trabalho remoto, está com dificuldades de operacionalização do sistema. O Sr. Cláudio Py (AECI) respondeu que o sistema está funcionando nas máquinas do trabalho presencial, mas que realmente os servidores em trabalho remoto não estão conseguindo acessá-lo. Prosseguiu reiterando que está adotando as providências necessárias para a solução do problema.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Karina de Ulhoa Soares, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada eletronicamente, no respectivo processo SEI, por todos os presentes.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA DE ULHOA SOARES, Analista Técnico(a) Administrativo(a)**, em 28/04/2021, às 08:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Henrique César Sisterolli Kamchen, Coordenador(a)-Geral de Controle Interno**, em 28/04/2021, às 09:30, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LICIO JOAQUIM DA SILVA REGO, Chefe da Assessoria de Gestão de Riscos**, em 28/04/2021, às 10:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CYNTHIA FONSECA XAVIER DA SILVEIRA, Chefe de Gabinete da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 28/04/2021, às 15:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Agrício da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 28/04/2021, às 15:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Rabelo Patury, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça**, em 28/04/2021, às 18:02, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELENA MELO MOURA, Coordenador(a) de Administração**, em 28/04/2021, às 18:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Luisa Hedler, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 28/04/2021, às 18:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bernardes Soares, Assistente Técnico(a)**, em 29/04/2021, às 14:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Coordenador(a) de Gestão Interna**, em 29/04/2021, às 16:41, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Zilio da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 29/04/2021, às 19:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Quitéria Magalhães Hatsumura, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 04/05/2021, às 15:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **14517674** e o código CRC **04F0BED9**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.